



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO XII - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/20__

CONTRATADA:

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, sociedade de economia mista, com sede na na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro, na cidade de Boa Vista, Roraima, CEP 69.306-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, neste ato representada por **JAMES DA SILVA SERRADOR**, em conjunto com **CÍCERO HÉRIO CARREIRO BATISTA**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com endereço à _____, representada por _____, CPF nº _____, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, em consequência do resultado da **LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma, **PRESENCIAL**, sob o nº ____/20__, cujo Termo de Homologação foi publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima, em ____/____/20, edição nº _____, pág. nº _____, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços, que será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber a Lei Federal nº 10.520/2002, e pelas disposições fixadas no Edital e Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Constitui o objeto deste **CONTRATO** a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APURAÇÃO DE CONSUMO INFORMATIZADA COM TRANSMISSÃO "ONLINE" DE LEITURA DE MEDIDORES DE ÁGUA, COM EMISSÃO SIMULTÂNEA DE FATURAMENTO, UTILIZANDO EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS; IMPRESSÃO E ENTREGA DE AVISOS DE DÉBITO, QUE SERÃO PROGRAMADOS NO SISTEMA COMERCIAL, CONFORME CRONOGRAMA DE CORTE E GRUPO**



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

DE LEITURA, nas quantidades e valores contidas na Ata do Rito Procedimental Similar ao da modalidade Pregão nº ____/20 e na Proposta da CONTRATADA.

1.2. Integram este Contrato, para todos os fins de direito, independente de transcrição, os seguintes documentos: o Edital do Rito Procedimental Similar ao da modalidade Pregão nº ____/20 e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA, a Ata de Julgamento e Adjudicação do objeto e o Termo de Homologação do Processo nº **266/2023**.

1.3. Em caso de divergência entre as condições mencionadas na Proposta da CONTRATADA e as expressas neste Contrato, prevalecerão as deste último.

CLÁUSULA SEGUNDA - FONTE DE RECURSOS

2.1. A execução do objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos financeiros próprios da CAER, sob: **42020.17122010.001.052/399/001**.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇOS

3.1. O valor global deste Contrato é de **R\$ ____ (____)**, conforme Proposta da CONTRATADA.

3.2. A CAER pagará à CONTRATADA pelo objeto mencionado na cláusula primeira deste contrato, efetivamente entregue, os valores unitários constantes na Proposta da CONTRATADA.

3.3. No preço global mencionado no subitem 3.1, bem como nos valores unitários, estão incluídas todas as despesas com mão de obra, equipamentos, materiais, peças, manutenções, deslocamento de técnicos e diárias, obra civil fretes – CIF da localidade de execução dos serviços, carga e descarga, seguros, impostos, taxas, encargos, know-how, despesas diretas e indiretas e os custos diretos e indiretos, requeridos para a execução do(s) serviço(s), inclusive os decorrentes de troca deste(s), dentro do prazo de garantia, tudo de acordo com as especificações, demais documentos da licitação e a Proposta da CONTRATADA.

3.4. Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas e custos diretos e indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o(s) serviço(s) ser(em) executado(s) sem ônus adicionais.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA

- 4.1.** Os serviços deverão ser executados no prazo de 12 (doze) meses, a contar da emissão da ordem de serviço.
- 4.2.** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, conforme item 3 do Termo de Referência, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados mediante justificativas escritas e fundamentadas, segundo entendimento entre as partes, desde que não ultrapasse o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Regulamento da CAER.
- 4.3.** Os prazos dos contratos poderão ser prorrogados ordinariamente, observadas os termos e requisitos previstos no artigo 200 do Regulamento da CAER.
- 4.4.** O prazo de execução dos serviços também poderá ser alterado por motivos de força maior, previstos no Parágrafo Único do artigo 393, do Novo Código Civil (Lei 10.402 de 01 de janeiro de 2002).
- 4.5.** A prorrogação, quando admitida, processar-se-á mediante termo aditivo, precedida de indispensável justificativa técnica.
- 4.6.** O objeto deste contrato será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com as especificações, e somente recebidos, em definitivo, pela CAER, após atendimento de todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.
- 4.7.** Este contrato será anualmente avaliado, pela CAER, objetivando verificar a manutenção da equivalência econômica-financeira da avença ao longo de sua execução, inclusive a manutenção da compatibilidade dos valores com os praticados no mercado.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTOS

- 5.1.** A medição dos serviços ocorrerá através de boletim de medição, que será realizado pelo setor requisitante e constará a discriminação dos serviços realizados e valores para emissão de nota fiscal;
- 5.1.2.** O boletim de medição constará nos autos do processo, juntamente com a nota fiscal, que será encaminhada à Gerência Financeira como critério para o pagamento.
- 5.2.** O pagamento será realizado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, conforme agência e conta corrente indicada pela contratada, que deverá conter o



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

detalhamento do objeto executado;

5.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do serviço;

5.2.3. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

5.2.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser acompanhada obrigatoriamente da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

5.2.5. Por se tratar de serviços que incluem mão de obra, a CAER poderá instituir os seguintes procedimentos:

5.2.5.1. Realizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em conta - depósito vinculada - bloqueada para movimentação, específica da seguinte forma;

5.2.5.1.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários e encargos, quando devidos;

5.2.5.1.2. Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias e encargos, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados.

5.2.5.1.3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS;

5.2.5.2. Valores provisionados, somente serão liberados para o pagamento das verbas, nas seguintes condições:

5.2.5.2.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido.

5.2.5.2.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

5.2.5.2.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

vinculado ao contrato; e

5.2.5.2.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

5.2.6. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

5.2.7. Autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:

5.2.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.2.7.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

5.2.7.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

5.2.7.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

5.2.8. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

5.2.9. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere. Pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1. A contratada é responsável pela garantia da qualidade dos equipamentos e materiais empregados, serviços realizados e previstos nesta especificação, se ocorrer, serem corrigidos às próprias expensas.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E REVISÃO

7.1. O reajustamento de preços será efetuado na periodicidade anual, considerando-se a variação ocorrida desta a data da apresentação da Proposta, tendo como base a incidência do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), nos termos do RILC da CAER.

7.2. Ocorrendo revisão contratual antes da data do reajustamento, o prazo para reajuste contratual será contado a partir da referida revisão.

7.3. Quaisquer reajustamento de preços que porventura venham ocorrer somente poderão ser concedidos depois de transcorridos **12 (doze) meses** da data da concessão do último reajuste.

7.4. A CONTRATADA, em tempo hábil, mediante justificativa fundamentada, deverá pleitear o aludido reajuste à CAER.

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

8.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos - RILC da CAER, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa moratória;

8.1.3. Multa compensatória;

8.1.4. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

8.2. As sanções previstas nos subitens 8.1.1. e 8.1.4. poderão ser aplicadas juntamente com as do item 8.1.2. e 8.1.3.

8.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC da CAER;

8.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

8.5.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

8.6. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

8.6.1. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

8.6.2. Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

8.6.3. Por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.6.4. No caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

8.6.5. No caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;

8.6.6. No caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

8.6.6.1. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.6.2.2. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

8.6.6.3. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

8.6.6.4. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

8.6.6.5. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

8.7. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.7.1. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

8.8. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

8.8.1. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

8.8.2. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

8.8.3. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.8.4. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

8.9. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA NONA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua extinção, com as consequências contratuais e as previstas em lei, reconhecidos os direitos da CAER, especialmente quanto a lucros cessantes e perdas e danos.

9.2. Os casos de resolução contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e ampla defesa.

9.3. Constituem motivos que autorizam a CAER a exercer o direito de resolução do contrato, aqueles previstos no artigo 248 do Regulamento da CAER.

9.4. Quando a resolução ocorrer, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

10.1. A CAER exercerá a fiscalização geral do serviço, objeto deste Contrato, podendo, para esse fim, designar prepostos para assisti-la e subsidiá-la com informações pertinentes a essa atribuição, aos quais a CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização do serviço, facultando-lhes o livre acesso às suas fábricas, depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CAER.

10.1.1. Gestor designado para este Contrato:

10.1.2. Fiscal designado para este Contrato:

10.2. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

10.3. A fiscalização não terá nenhum poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADES DA CAER

11.1. Prestar a CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

11.2. Notificar por escrito à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para sua correção.

11.3. Emitir mensalmente Boletim de Medição relativo aos serviços executados, efetuando o pagamento dos mesmos em até 30 (trinta) dias subsequentes à confirmação das Notas Fiscais.

11.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias do mês subsequente a realização dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal de serviços, boletim de medição e fatura, acompanhada das certidões negativas de débitos trabalhistas, FGTS, e INSS, devidamente atestadas pelo fiscal/comissão cumprindo todas as exigências contratuais, principalmente quanto as obrigações trabalhistas.

11.5. Exigir a qualquer tempo, da CONTRATADA, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução deste.

11.6. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.

11.7. Exigir cópia dos exames médicos – admissionais, demissionais e periódicos (Art. 168 CLT). Junto com a fatura mensal entregar os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

11.8. Realizar o provisionamento de valores, após autorizado pelo CONTRATADO, para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

da contratada, que serão depositados pela Administração em conta vinculada específica da seguinte forma:

11.8.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;

11.8.2. Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados;

11.8.3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS;

11.8.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

11.9. Liberar os valores provisionados somente na forma do subitem 11.7.

11.9.1. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

11.10. Reter, a qualquer tempo, a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, após autorizado pela CONTRATADA, para assegurar o pagamento de:

11.10.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.10.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

11.10.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.10.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

11.11. Realizar, após autorizado pela CONTRATADA, o desconto nas faturas e fazer os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

11.11.1. Quando não for possível a realização dos pagamentos pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

11.12. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

11.13. Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes e efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas.

12.2. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

12.3. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

12.4. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

12.5. Ser a única empregadora de seu pessoal, utilizando-se somente de funcionários devidamente registrados e apresentar à CAER cópia dos exames médicos – admissionais, demissionais e periódicos (Art. 168 CLT). Junto com a fatura mensal entregar os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, que devem ser compostos dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior:

12.5.1. Folha de Pagamento;

12.5.2. Salários;

12.5.3. Seguros de acidentes;

12.5.4. Taxas, impostos e contribuições;

12.5.5. Guia de recolhimento do FGTS devidamente quitada;

12.5.6. Guia de recolhimento do INSS devidamente quitada;

12.5.7. Indenizações;

12.5.8. Vale-refeição;

12.5.9. Vale-transporte; e

12.5.10. Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.5.11. Relação dos empregados que atuam diretamente na execução dos serviços, contendo as seguintes informações: nome completo, RG, CPF, endereços, telefone, formação, cargo ou função exercida na empresa.

12.6. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado.

12.7. Responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados.

12.8. Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o acompanhamento pela CAER.

12.9. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços objeto no Termo de Referência.

12.10. Comunicar à Administração da CAER, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que presenciar ou tomar conhecimento prestando os esclarecimentos que julgar necessários.

12.11. Apresentar, mensalmente, e sempre que solicitada pela CAER, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados, de recolhimento dos encargos sociais e de regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, nos termos da Lei n.º 4.923/65).

12.12. Permitir a CONTRATANTE o acesso ao controle diário de frequência e às carteiras profissionais dos empregados alocados à execução do serviço contratado.

12.13. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.14. Efetuar a substituição dos empregados, em caráter imediato, no caso de eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.15. Informar à CAER, em até 48 (quarenta e oito) horas, qualquer substituição em seu quadro funcional utilizado na prestação dos serviços objeto no Termo, ainda que de forma temporária. Esse empregado deverá atender ao perfil exigido pela CAER e somente poderá substituir o anterior após receber o treinamento necessário para o bom desempenho das suas funções.

12.16. Substituir de imediato os empregados entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

12.17. Instruir seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração da CAER, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

12.18. Registrar no livro de ocorrências e comunicar à CAER toda e qualquer irregularidade observada nos postos das instalações onde houver prestação dos serviços.

12.19. Manter sede, filial ou escritório na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

12.19.1. A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, o cumprimento desta obrigação.

12.20. Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, cartão cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

12.20.1. Caso o empregado não deseje o acesso ao cartão cidadão, a CONTRATADA deve apresentar relação dos seus funcionários que se enquadram nesta situação, na qual conste assinatura comprobatória de que estes tomaram conhecimento dos benefícios de sua concessão e optaram por não o acessarem;

12.20.2. Caso não seja possível à emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal, como na hipótese de o trabalhador ser cadastrado em programas de transferência de renda, a CONTRATADA deve apresentar as devidas justificativas, acompanhadas de comprovações do conhecimento do empregado acerca da situação.

12.21. Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade de Boa Vista/RR.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.22. Fornecer aos seus empregados crachá (com foto 3x4) e fardamento padronizado (com identificação da firma na parte posterior da blusa) para identificação como prestadores de serviços e utilização obrigatória em campo durante a execução dos mesmos, de acordo com modelo a ser fornecido pela CAER.

12.23. Cumprir e fazer cumprir todas as prescrições relativas às Leis de Trabalho, da Previdência ou correlatas em vigor no País.

12.24. Autorizar A CONTRATANTE a realizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em conta vinculada específica da seguinte forma:

12.24.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;

12.24.2. Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados;

12.24.3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS;

12.24.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

12.25. Os valores provisionados na forma do subitem 12.24. somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:

12.25.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

12.25.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

12.25.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

12.25.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

12.26. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.27. Autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:

12.27.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.27.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.27.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

12.27.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

12.28. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

12.29. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o subitem 12.28. pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

12.30. A contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

12.31. A contratada deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.

12.32. Responsabilizar-se pela conduta e disciplina de seus empregados, exigindo deles postura ética adequada, máxima eficiência e qualidade na prestação dos serviços e no tratamento aos clientes da CAER, de forma a garantir a sua satisfação e, conseqüentemente, evitar reclamações posteriores.

12.33. Efetuar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas as substituições porventura solicitadas oficialmente pela CAER, motivadas pelo não atendimento às condições e exigências por ela definidas no Termo de Referência.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.34. Manter um profissional qualificado, devidamente credenciado como seu preposto, para proporcionar toda a assistência e facilidades necessárias ao relacionamento com a CAER durante a execução dos serviços.

12.35. Nos casos em que haja necessidade de ação judicial e, se necessária a instrução probatória, informar e dar as devidas orientações ao empregado que realizou as notificações, o qual deverá comparecer em juízo, como testemunha, se chamado a tanto, salvo se dispensado pela CAER.

12.36. Não reivindicar à CAER qualquer indenização por perdas, danos a bens de sua propriedade ou de terceiros sob sua responsabilidade.

12.37. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento da contratação venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à CONTRATANTE ou terceiros.

12.38. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.39. Obriga-se pela saúde dos funcionários, encargos e obrigações de natureza trabalhista, acidentária, previdenciária, comercial e fiscal, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar de imediato, quando solicitado todo e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

12.40. É obrigação da CONTRATADA o fornecimento de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), bem como a utilização dos mesmos pelos seus funcionários;

12.41. Paralisar, por determinação da CAER, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.42. Considerar-se-á que a participação da CONTRATADA nesses trabalhos implica ter verificado e dimensionado as dificuldades inerentes a execução dos serviços. A não verificação, por qualquer causa, dificuldades à execução dos Serviços não poderá ser avocada no desenrolar dos TRABALHOS como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.1. É vedada a subcontratação total ou parcial deste Contrato, sob pena de sua rescisão de pleno direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

14.1. É vedada a Cessão e a Transferência total ou parcial deste Contrato, sob pena de sua rescisão de pleno direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Este Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, nos termos dos artigos 203 a 210 do RILC da CAER.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOCUMENTOS ANTERIORES

16.1. O presente Contrato, o Edital e seus Anexos, serão os únicos instrumentos legais e reguladores da execução do objeto ora contratado, substituindo, de consequência, toda e qualquer documentação anteriormente trocada entre a CAER e a CONTRATADA e que, direta ou indiretamente, contrarie as disposições dele constantes. As despesas de registro deste Contrato e de suas eventuais alterações correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. A modificação do valor contratual, por acordo entre as partes, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, observará, quanto aos acréscimos e supressões, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais, o valor global de
R\$ _____ (_____).

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR
Presidente da CAER

CÍCERO HÉRIO CARREIRO BATISTA
Diretor Comercial e do Interior - DCI

PELA CONTRATADA:

REPRESENTANTE DA EMPRESA CONTRATADA
RG nº _____
CPF nº _____

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF : _____

2. _____ CPF: _____